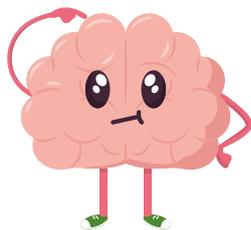


MAPAS MENTAIS NA PRÁTICA



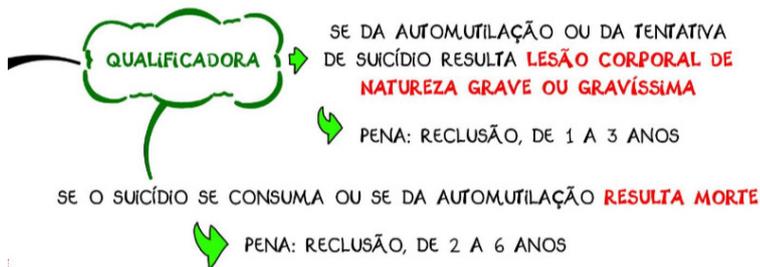
São realmente eficientes? Veja você mesmo..
Algumas questões objetivas e discursivas com as respostas nos mapas mentais

Questões objetivas

Delegado SP 2023

11. Com relação ao “induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação” é correto afirmar que o crime

- (A) só se configura se a vítima atenta contra a própria vida, produzindo em si, ao menos, lesão corporal de natureza grave.
- (B) tem pena aumentada se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima.
- (C) só se configura se a vítima atenta contra a própria vida.
- (D) é qualificado se da conduta resulta morte.
- (E) é privilegiado, com efetiva redução de pena, se a vítima não se mutila ou não atenta contra a própria vida.



Delegado PE 2024

Questão 17

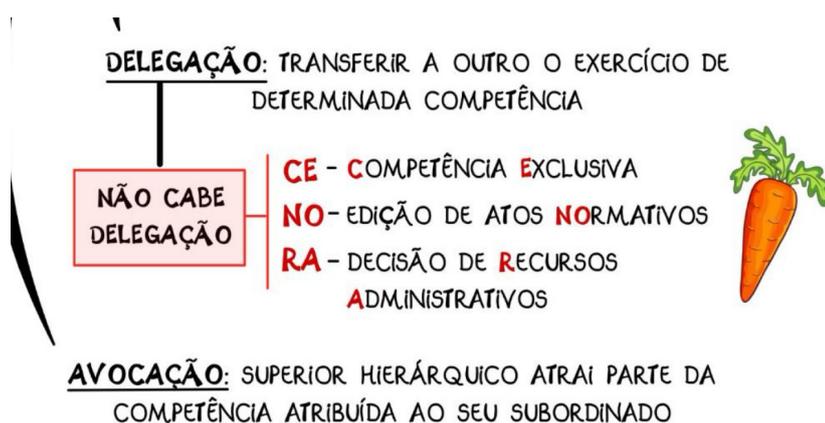
Com base no disposto na Lei n.º 9.784/1999, julgue os itens a seguir, no que se refere à possibilidade de delegação de cada uma das competências administrativas descritas.

- I edição de atos normativos
- II decisão acerca de recursos administrativos por meio da autoridade de maior hierarquia
- III deliberação sobre matérias de competência não exclusiva do órgão

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item II está certo.
- B) Apenas o item III está certo.
- C) Apenas os itens I e II estão certos.
- D) Apenas os itens I e III estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

||| JUSTIFICATIVAS |||



Delegado SP 2023

14. A lei processual penal aplicar-se-á prontamente,

- (A) a menos que o magistrado verifique situação de exclusão de direito de recurso do acusado.
- (B) desde que haja concordância da defesa e do órgão de acusação.
- (C) desde que favoreça o acusado.
- (D) desde que ratificados expressamente os atos praticados na vigência da lei anterior.
- (E) sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

TEORIA ADOTADA NO CPP →

ART. 2 A LEI PROCESSUAL PENAL APLICAR-SE-Á DESDE LOGO, SEM PREJUÍZO DA VALIDADE DOS ATOS REALIZADOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI ANTERIOR.

PRINCÍPIO DO TĒMPUS REGIT ACTUM: A LEI É APLICADA DE **IMEDIATO** (SE FOR NORMA PURAMENTE PROCESSUAL)

EXCEÇÃO: PRISÃO PREVENTIVA, FIANÇA, PRAZO RECURSAL EM ANDAMENTO

OAB 40°

Depois da ocorrência de calamidade de grandes proporções, em razão de enchentes causadas por chuvas cuja intensidade foi classificada como "sem precedentes", o Presidente da República vislumbra a possível necessidade de decretação de estado de defesa para combater o quadro caótico no qual se encontram quatro estados de uma determinada região do país. Depois de visitar o local, ele tem dúvidas acerca do prazo de duração da medida e, por isso, submete a proposta à apreciação de sua assessoria jurídica.

Assinale a afirmativa que, em consonância com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, deve ser adotada

- A) O Presidente da República tem poder discricionário para definir o prazo de duração, desde que haja aprovação prévia do Congresso Nacional.
- B)** O tempo de duração não será superior a 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- C) O tempo para a superação da crise que deu origem à decretação pelo Presidente da República não pode ultrapassar uma sessão legislativa.
- D) O tempo de duração será definido discricionariamente, em respeito ao princípio da separação de poderes, pelo Congresso Nacional.

ESTADO DE DEFESA	
NO ESTADO DE DEFESA, O PRESIDENTE DECRETA E O ESTADO É DEPOIS COMUNICADO AO CONGRESSO	D=D
PRESIDENTE OUVI O CONSELHO DA REPÚBLICA E O CONSELHO NACIONAL	
OBJETIVO: PRESERVAR OU RESTABELECER/A ORDEM PÚBLICA AMEAÇADA POR GRAVE E IMINENTE INSTABILIDADE INSTITUCIONAL OU EM CASO DE CALAMIDADE DE GRANDES PROPORÇÕES DE NATUREZA	1-
DECRETO DETERMINARÁ	
1- TEMPO DE DURAÇÃO → MÁXIMO 30 DIAS PRORROGÁVEL + 30 2- <u>ÁREAS ABRANGIDAS</u> 3- <u>MEDIDAS COERCITIVAS</u>	3- 1 1
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;">RESTRICÇÕES DE DIREITO</div> <ul style="list-style-type: none"> • OCUPAÇÃO E USO TEMPORÁRIO DE BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS • REUNIÃO • SIGILO DE CORRESPONDÊNCIA • SIGILO DE COMUNICAÇÕES TELEGRÁFICAS E TELEFÔNICAS 	DI

OAB 40°

16

Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) é apresentada por um grupo de deputados federais, conforme autoriza a ordem constitucional, cujo objeto é a alteração do Art. 60, § 4º, inciso II, da CRFB/88, que passaria a ter a seguinte redação: *o voto direto, aberto, universal e periódico.*

Depois de apertada aprovação nas comissões competentes, os autores da proposta solicitaram ao Presidente da Câmara dos Deputados que colocasse a referida PEC na pauta do plenário da Casa Legislativa, o que foi atendido. Paralelamente, outro grupo de parlamentares, ao perceber que, pela movimentação política, a PEC possivelmente seria aprovada, procura uma ação jurídica para impedir tal votação pelo plenário da Casa.

A respeito da ação jurídica capaz de impedir tal votação pelo plenário da Casa, segundo o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, assinale a afirmativa correta.

- A) Em razão da afronta à cláusula pétrea do voto secreto, qualquer legitimado a deflagrar o controle concentrado de constitucionalidade pode ajuizar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal.
- B) Com se está perante matéria *interna corporis* do Congresso Nacional, que só pode ser apreciada no âmbito do Poder Legislativo, a referida PEC, enquanto não for promulgada e se transformar em ato normativo existente e eficaz, não pode ser objeto de nenhum tipo de controle pelo Poder Judiciário.
- C) Por afronta a preceito fundamental, um legitimado pode ajuizar Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) perante o Supremo Tribunal Federal, nos termos da Constituição da República.
- D)** Em razão da inobservância das limitações constitucionais materiais ao poder de emendar a Constituição, qualquer deputado federal tem legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança perante o Supremo Tribunal Federal.

Delegado SP 2023

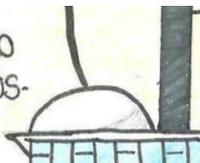
44. Nos termos da Constituição Federal, aprovar o estado de defesa e a intervenção federal é da competência

- (A) exclusiva da Câmara dos Deputados, por 3/5 dos seus membros, e do Conselho da República, respectivamente.
- (B) exclusiva do Congresso Nacional, para ambas.
- (C) privativa do Congresso Nacional e do Presidente da República, respectivamente.
- (D) do Senado Federal e do Congresso Nacional, respectivamente.
- (E) privativa do Senado Federal, para ambas.

QTO AO MOMENTO DO CONTROLE	
PRÉVIO OU PREVENTIVO	
ATINGE A NORMA AINDA EM FASE DE ELABORAÇÃO , NO CURSO DO TRÂMITE LEGISLATIVO	
LEGISLATIVO	CCJ : TEM A FINALIDADE DE AVALIAR A CONSTITUCIONALIDADE DOS PROJETOS DE LEI OU EMENDA ANTES DA SUA VOTAÇÃO
	PLENÁRIO : CADA CASA POSSUI UM PLENÁRIO, ASSIM, SE A CCJ ENTENDER QUE O PL É CONSTITUCIONAL, O PLENÁRIO DA CASA PODE DISCORDAR.
	DELEGAÇÃO ATÍPICA : ART.68, §3º CF/88
EXECUTIVO	VETO JURÍDICO . HIPÓTESE EM QUE O PRESIDENTE DA REPÚBLICA MANIFESTA SUA DISCORDÂNCIA AO PROJETO DE LEI AO ARGUMENTO DE QUE ELE É INCONSTITUCIONAL
JUDICIÁRIO	QUANDO O PARLAMENTAR IMPETRAR MANDADO DE SEGURANÇA A FIM DE PUGNAR PELA INOBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGISLATIVO

- A LEGITIMIDADE É **EXCLUSIVA DO PARLAMENTAR**.
- DEVE SER APRESENTADO POR PARLAMENTAR **INTEGRANTE DA CASA LEGISLATIVA** NA QUAL A MEDIDA SE ENCONTRA EM TRAMITAÇÃO
- É **EXCLUSIVA** A CONDIÇÃO DE PARLAMENTAR P/ INTERPOR MS A FIM DE EXERCER CONTROLE JUDICIAL PREVENTIVO
- **PERDA** SUPERVENIENTE DA CONDIÇÃO DE **PARLAMENTAR É CAUSA EXTINTIVA**, SEM JULGAMENTO DE MÉRITO DO MS

• **APROVAR** O ESTADO DE DEFESA E A INTERVENÇÃO FEDERAL, AUTORIZAR O ESTADO DE SÍDIO, OU SUSPENDER QUALQUER UMA DESSAS MEDIDAS.



Delegado SP 2023

21. No que concerne à cadeia de custódia, o ato de transferir o vestígio de um local para o outro, utilizando as condições adequadas, de modo a garantir a manutenção de suas características originais, bem como o controle de sua posse, denomina-se:

- (A) preservação.
- (B) coleta.
- (C) armazenamento.
- (D) fixação.
- (E) transporte.

ACONDICIONAMENTO: VESTÍGIO É **EMBALADO DE FORMA INDIVIDUALIZADA**

RECIPIENTE É DETERMINADO PELA NATUREZA DO MATERIAL (SE O LACRE FOR ROMPIDO, ACONDICIONA EM NOVO RECIPIENTE)

TRANSPORTE: ATO DE **TRANSFERIR** O VESTÍGIO DE UM LOCAL PARA OUTRO

RECEBIMENTO: ATO FORMAL DE **TRANSFERÊNCIA DA POSSE** DO VESTÍGIO

PROCESSAMENTO: **EXAME PERICIAL EM SI**

NA

RECIBER AS 2 FASES

FA

Delegado SP 2023

28. Constitui falta grave cometida pelo condenado à pena privativa de liberdade, expressamente prevista na LEP:

- (A) recusar submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético.
- (B) simular moléstia ou doença grave.
- (C) negligenciar a higiene pessoal ou asseio da cela ou alojamento.
- (D) deixar de indenizar a vítima, se possível fazê-lo, pelo crime a que condenado.
- (E) faltar com urbanidade e respeito aos demais condenados.

CONSTITUI FALTA GRAVE A RECUSA DO CONDENADO EM SUBMETER-SE AO PROCEDIMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL GENÉTICO

Delegado PE 2024

Questão 20

A prerrogativa da administração pública de invalidar atos administrativos ilegítimos e revogar atos administrativos inoportunos caracteriza a aplicação do princípio administrativo da

- A supremacia do interesse público.
- B indisponibilidade.
- C continuidade.
- D autotutela.
- E finalidade.

AUTOTUTELA/ SINDICABILIDADE

A ADMINISTRAÇÃO TEM A PRERROGATIVA DE **REVER OS SEUS PRÓPRIOS ATOS** INDEPENDENTEMENTE DE PROVOCAÇÃO. PARA REVOGAR **OU ANULAR**

NÃO AFASTA A TUTELA JURISDICIONAL

TUTELA: A ADMINISTRAÇÃO EXERCE CONTROLE SOBRE PESSOA JURÍDICA POR ELA INSTITUÍDA

↳ NÃO CONFUNDA

ATO ILEGAL -> ANULAÇÃO (EX TUNC)

Delegado PE 2024

CEBRASPE – PCPE – Edital: 2023

Questão 28

No que se refere aos crimes contra o patrimônio previstos no CP, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a restituição imediata, voluntária e integral do bem furtado constitui, por si só, motivo suficiente para

- A conversão do fato em irrelevante penal.
- B incidência do princípio da insignificância.
- C aplicação do instituto do arrepentimento eficaz.
- D aplicação do instituto do arrepentimento posterior.
- E desclassificação do crime para mera contravenção penal.

OCORRE QUANDO O RESPONSÁVEL PELO CRIME PRATICADO **SEM VIOLÊNCIA** OU GRAVE AMEAÇA À PESSOA, **VOLUNTARIAMENTE** E ATÉ O **RECEBIMENTO** DA DENÚNCIA OU QUEIXA, **RESTITUI A COISA OU REPARA O DANO PROVOCADO**



PONTE DE PRATA

NATUREZA



É CAUSA PESSOAL OBRIGATÓRIA DE

Questões discursivas

Delegado SP 2023

QUESTÃO 2 – DIREITO ADMINISTRATIVO

- Em que consistem os atos administrativos negociais?
- Cite e explique os seus principais exemplos.
- O contrato administrativo é uma espécie de ato administrativo negocial? Fundamente.



QUESTÃO 4 – DIREITO CONSTITUCIONAL

A respeito do Controle de Constitucionalidade das leis e normas no Direito Brasileiro, discorra sobre:

- A participação de cada um dos Poderes nessa atividade;
- As vias judiciais de controle concentrado existentes perante o STF;
- A competência de cada um dos órgãos e seu respectivo quórum necessário para declaração da inconstitucionalidade de lei ou norma, bem como;
- O efeito produzido nas decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal.

QTO À NATUREZA DO ÓRGÃO CONTROLADOR	
LEGISLATIVO	CONTROLE PARLAMENTAR DIRETO (MANIFESTA A VONTADE POPULAR) OU PELO TRIBUNAL DE CONTAS
JUDICIAL	REALIZADO PELO PODER JUDICIÁRIO, MEDIANTE PROVOCAÇÃO DE QUALQUER INTERESSADO QUE ESTEJA SOFRENDO LESÃO OU AMEAÇA DE LESÃO. APENAS NO ASPECTO DA LEGALIDADE
ADMINISTRATIVO	PODER DE AUTOTUTELA DA ADMINISTRAÇÃO, MEDIANTE PROVOCAÇÃO OU DE OFÍCIO

CONTROLE CONCENTRADO OU RESERVADO
EXERCIDO SOMENTE POR UM ÚNICO ÓRGÃO (STF OU TJ)
É TRAÇO CARACTERÍSTICO DO SISTEMA AUSTRIACO EUROPEU
INTRODUZIDO NA CONSTITUIÇÃO BR DE 1934
EM REGRA, DECISÃO TÊM EFEITOS ERGA OMNES E EX TUNC

QUÓRUNS EM ADI/ADC	<ul style="list-style-type: none"> INSTAURAÇÃO DA SESSÃO DE JULGAMENTO MODULAÇÃO TEMPORAL DOS EFEITOS DA DECISÃO 	2/3 - 8 MINISTROS
	<ul style="list-style-type: none"> DELIBERAÇÃO/MÉRITO MEDIDA CAUTELAR EM ADI/ADC/ADO 	MAIORIA ABSOLUTA - 6 MINISTROS

CLÁUSULA DE RESERVA DO PLENÁRIO (FULL BENCH): SIGNIFICA QUE, SE UM TRIBUNAL FOR DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE DE UMA LEI OU ATO NORMATIVO, É OBRIGATÓRIO QUE ESSA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE SEJA FEITA PELO VOTO DA MAIORIA ABSOLUTA DO PLENÁRIO OU DO ÓRGÃO ESPECIAL DESTE TRIBUNAL.

Delegado PE 2024

CEBRASPE – PCPE – Edital: 2023

QUESTÃO 2

À luz do direito penal, conceitue o excesso e explique as quatro formas de excesso existentes (doloso, culposo, acidental e exculpante). [valor: 11,40 pontos]

QUESTÃO 2 – RASCUNHO

